

ANEXO IX

DOCUMENTAÇÃO - ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO TEJO

Manifesto de cidadania em defesa da bacia hidrográfica do rio Tejo

Embora o rio Tejo, aparentemente, apresente melhorias, os problemas de fundo persistem. Os prevaricadores e as figuras que detêm o poder de decisão em certas instituições públicas que causam, causaram, permitem e permitiram a destruição de diversos troços do rio Tejo, continuam impunes e nós, cidadãos e cidadãs não abdicamos dessa responsabilização, seja ela social, civil ou criminal.

Analisando as últimas semanas, verificamos que o reduzidíssimo caudal já se mantém há demasiado tempo e não se nota qualquer acção por parte das autoridades portuguesas. Não sabemos se é por desconhecimento das origens do problema. Assim, querendo ajudar, informamos que na Extremadura espanhola, a água é retida em diversas barragens, e é essa retenção (tem como objectivo o lucro com a produção de electricidade) que tem influência directa nos reduzidos caudais, não cumprindo assim, o acordado com Portugal na denominada Convenção de Albufeira.

Espanha também nos brinda com o sobressalto constante provocado pelo perigo da contaminação radiológica com origem na Central Nuclear de Almaraz situada apenas a 100 kms em linha recta da fronteira portuguesa. Esta central deveria ter encerrado em 2010 mas o seu tempo de vida foi prolongado e as falhas sucedem-se como é do conhecimento público. E as autoridades portuguesas que fazem? Confiam nas autoridades do país vizinho!

Em território nacional, a procura o lucro fez disparar a produção de pasta de papel e o rio tornou-se uma transbordante ETAR, a qualidade do ar péssima e os terrenos circundantes contínuos eucaliptais, são a nova agricultura. A produção de energia eléctrica a partir da biomassa, a agricultura, outras indústrias nomeadamente alimentar, suinicultura, águas residuais urbanas e outras descargas de efluentes não tratados, muitas vezes em total desrespeito pelas leis em vigor, preenchem o nosso mundo idílico onde a poluição, os crimes ambientais e a impunidade “é o pão nosso de cada dia”.

E as barreiras artificiais? O rio Tejo, em Abrantes, depois da construção, em 2005, do açude insuflável, “viu” a sua navegabilidade interrompida. A arribação de espécies piscícolas diminui drasticamente. A montante do açude, os ecossistemas e a biodiversidade sofreram danos, quiçá, irreparáveis. As populações que viviam das actividades tradicionais ligadas ao rio, foram as mais afectadas pois tiveram que procurar outras formas de sustento. O normal “curso” dos sedimentos foi interrompido provocando a assoreamento em diversos troços do rio que se estende até ao “mar da palha”, já em Lisboa. Não chegando o açude de Abrantes, desde fins de 2015, temos um paredão monumental apelidado de “Travessão do Tejo” com a qual a

PEGOP simplesmente bloqueou o rio. Depois de algumas "cedências", a obra está suspensa tal obras de "Santa Engrácia". E o rio? E as populações?

Alegremente, 1º Ministro, Ministros e Secretários de Estado de diversas áreas, Directores Gerais, a maioria dos Deputados, Directores das diversas CCDR'S, Presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia e outras autoridades às quais a Constituição da República Portuguesa e diversas leis de bases consagram a primazia na defesa do meio ambiente e do bem comum, assistiram ao descalabro como nada se passasse.

Bem aconchegadinhos no sofá, eis que foram arrancados dele por cidadãos e cidadãs conscientes da importância da preservação da natureza e dos recursos com que ela nos brinda. A surpresa foi tal, que desdobrando-se em mil contactos, e, salvando raras excepções, só quiseram salvar a pele justificando-se sempre com os outros nunca assumindo as suas responsabilidades.

Perante o sucedido, esperamos que a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, seja diferente e que de uma vez por todas, o ambiente seja prioridade das políticas governamentais. Não é justo deixar este grande rio morto aos nossos filhos.

Nós estamos alerta e continuaremos o nosso trabalho em defesa do rio Tejo como fonte de vida, de encanto e usufruto.

Cidadãos e cidadãs em defesa do rio Tejo

Vila Velha de Rodão, 4 de Abril de 2016

António Manuel Consalata Marques SOS-TEJO
Armindo Rodrigues Silveira SOS-TEJO
J. G. Lourenço Escandoreira SOS-TEJO
João Nuno (Protept)
Paulo António Rodrigues Lopes IPN/Quercus



Presidente da Comissão de Ambiente,
Ordenamento do Território, Descentralização,
Poder Local e Habitação
C/C Exma Senhora Presidente da
Câmara Municipal de Constância

Abrantes, 5 de Março de 2016

Assunto: Visita de trabalho ao longo do Rio Tejo.

Exmos Senhores

Vimos desde já agradecer o convite de V.Exa., Exma Senhora Presidente da Câmara Municipal de Constância, para estar presente na visita de trabalho da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

Aproveitando esta oportunidade, e como representantes dos agricultores da Associação dos Agricultores dos concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, elaboramos um texto onde se identificam as maiores preocupações dos nossos associados, relativamente ao estado ambiental do rio Tejo, nomeadamente:

- Caudais do rio Tejo com variações muito bruscas, e em algumas alturas do ano insuficientes para fazer face às necessidades de rega;
- Qualidade da água deficiente, prejudicando os sistemas de rega e culturas que com ela são regadas;
- Rombos nas margens do rio que se encontram por recuperar e que prejudicam os nossos associados que com eles extermam.

Esperando o melhor acolhimento da parte de V.Exa., subscreve-mo-nos com estima e consideração

A Direção

**ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DOS
CONCELHOS DE ABRANTES, CONSTÂNCIA
SARDOAL E MAÇÃO**

CONTRIBUINTE FISCAL Nº 501 938 168

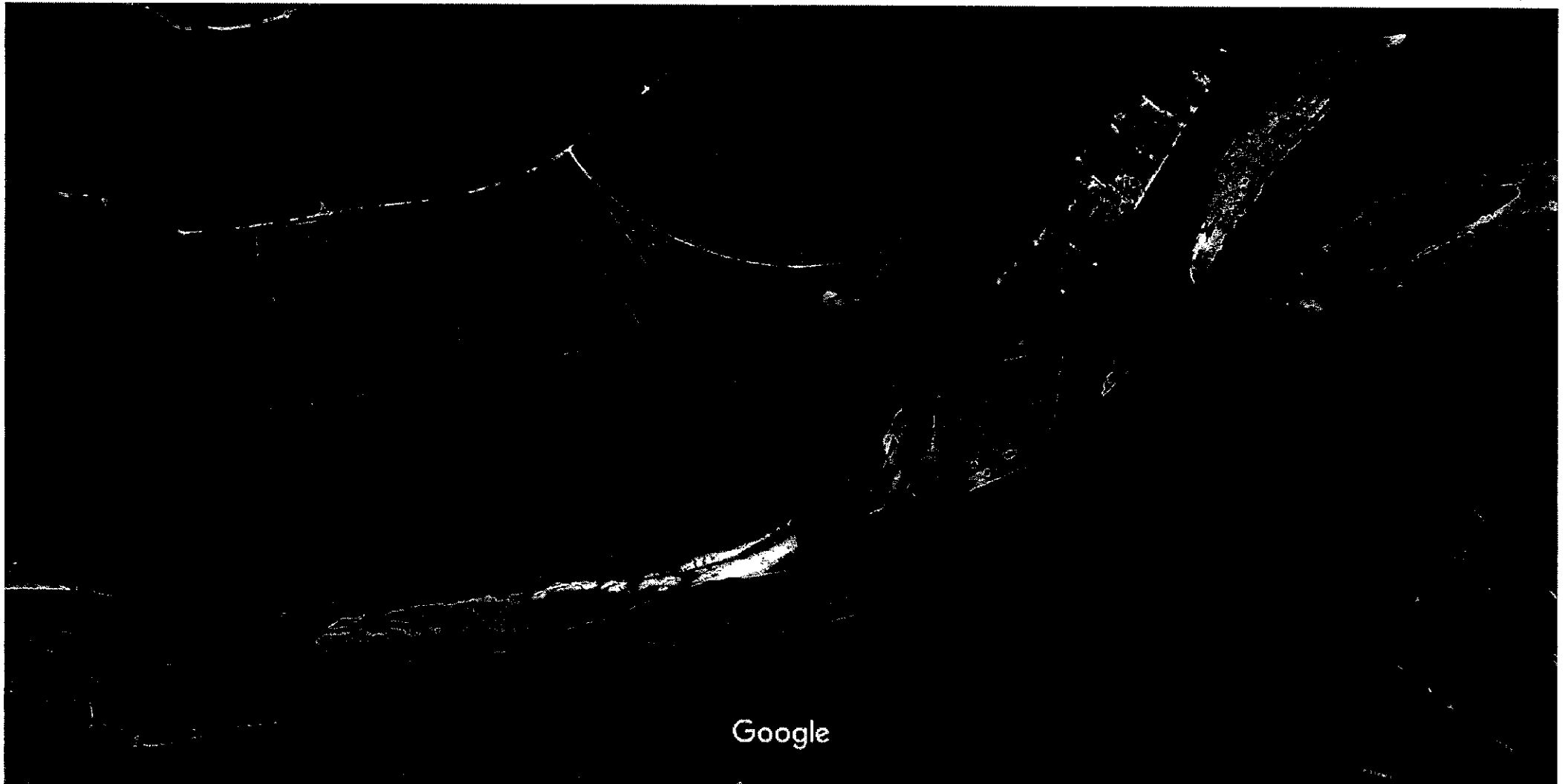
Tel. 241 331 143 / Fax 241 331 096 / email assaqrabl@mail.telepac.pt

Av.ª Dr João Augusto da Silva Martins, nº 31 Arrifana 2205-574 São Miguel do Rio Torto - Abrantes

Contribuinte Fiscal Nº 501 938 168

Tel. 241 331 096 / Fax. 241 331 096 / email. assagriabt@gmail.com

Google Maps Constância



Imagens ©2016 Google, Dados do mapa ©2016 Google 100 m

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

**Projeto de Emparcelamento Rural Integrado de
Azinhaga, Golegã e Riachos**

Considerando que:

I) - A Agrotejo – União Agrícola do Norte do Vale do Tejo é a entidade promotora da execução deste projeto de Emparcelamento Integral acima identificado, ao abrigo dos Dec-Lei nº 284/88, Dec-Lei nº 103/90 e Lei nº 111/2015;

II) - O projeto de execução encontra-se concluído, após ter sido aprovado pelos proprietários e agricultores, abrangendo as seguintes componentes:

- . Rede de caminhos agrícolas e rede de enxugo e drenagem
- . Sistematização de terrenos
- . Remodelação da rede de captações de água subterrânea para rega
- . Reorganização da rede de distribuição de energia elétrica
- . Limpeza do rio Almonda e Valorização e Integração paisagística
- . Gestão e Atribuição da Reserva de Terras
- . Demarcação e Titulação dos Novos Lotes

III) - A execução da obra envolve a área total agrícola de 5.923 ha, realizando-se reestruturação fundiária em 3.800 ha, envolvendo 1.508 prédios rústicos, pertencentes a 529 proprietários;

IV) - A execução da obra determina a venda dos terrenos adquiridos pelo Estado aos proprietários do perímetro do emparcelamento – Reserva de Terras – com a devolução de € 2.367.996,00 aos cofres do Estado;

V) - O projeto possui Declaração de Impacte Ambiental, favorável condicionada, processo de AIA 1130/2014, emitida no dia 16/03/2015;

VI) - O projeto foi aprovado pela Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

VII) - O projeto foi aprovado por Resolução do Conselho de Ministros nº 89/2015;

VIII) - O PDR_2020 referencia especificamente este projeto como projeto prioritário, existindo verba para a sua execução;

IX) - O valor do investimento encontra-se orçamentado nos planos estratégicos das respetivas Comunidades Intermunicipais – Lezíria do Tejo e Médio Tejo;

X) - É objetivo da Agrotejo iniciar a obra em Setembro de 2016, minimizando impactes negativos na campanha agrícola.

Estão, assim, criadas todas as condições para a Agrotejo apresentar candidatura à Operação 3.4.3 – PDR_2020, pelo que solicitamos a V. Exa. Diligencias no sentido da publicação urgente da respetiva Portaria.

Golegã, 5 de Abril de 2016

O Presidente da Direção



ANEXO X

DOCUMENTACAO - SALVATERRA DE MAGOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS
PRESIDÊNCIA

Exmo. Sr. Deputado da
Comissão de Ambiente, Ordenamento do
Território, Descentralização, Poder Local e
Habitação, XIII

Sua Referência

Sua Comunicação de

Processo N.º

Ofício N.º
GAP-13-2016

Data
06-04-2016

ASSUNTO: Rio Tejo e Vala Real e Albufeira de Magos

Excelentíssimo Senhor Deputado da CAOTDPLH

Conforme solicitado no nosso *e-mail* do dia 29 de março, fazemos chegar por esta via aos senhores deputados que constituem a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, alguns elementos que consideramos relevantes do ponto de vista ambiental do Rio Tejo e da Barragem de Magos, numa pen-drive contendo os seguintes ficheiros:

- Doc. 01 – Assoreamento do Rio Tejo e da Vala Real (fotos);
- Doc. 02 – Petição do Clube Náutico – Assoreamento da Vala Real;
- Doc. 03 – Necessidade de dragagem da Albufeira de Magos (fotos);
- Doc. 05 – Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2008 – Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos;
- Doc. 06 – Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos – Parte I – Relatório;
- Doc. 07 – Plano de Ordenamento da Albufeira de Magos – Parte II – Programa de Execução e Plano de Investimento.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Manuel Esménio, Eng.º)

ANEXO XI

DOCUMENTAÇÃO – VILA FRANCA DE XIRA

CONCLUSÕES

❖ Temas em discussão

- A Gestão Insustentável dos recursos da água na demarcação espanhola da bacia do Tejo – Beatriz Larraz Iribas.
- À descoberta do mito da rentabilidade dos transvases: O caso do Tejo/Segura – Enrique San Martín González.
- O Património Histórico-Cultural do tejo e a sua conservação e valorização – Moinhos, Azenhas, Muros de Sirga... - Miguel Mendez-Cabeza
- Uma proposta integrada de reabilitação das linhas de água para a bacia do Tejo – Pedro Teiga.
- A Astronomia no Tejo – Máximo Ferreira.
- Um olhar sobre a situação de gestão dos recursos hídricos do Tejo – António Carmona Rodrigues.
- A Utilização da água na bacia do Segura: Recursos, Interrogações e Propostas – Julia Martinez Fernández.
- Afinidades históricas entre Castilha – La Mancha e o Ribatejo. Uma aproximação – Angél Monterrubio Perez.
- Tejo: conservar e Valorizar – Carlos A. Cupeto.
- O Tejo: um legal cultural vivo – José Bastos Saldanha.

❖ Síntese

- Participaram neste Fórum cerca de 200 pessoas, entre oradores, convidados, parceiros e público geral.
- Estiveram presentes 26 autarquias, das quais 15 se fizeram representar através de *stands* de promoção local.
- Ao longo de dois dias, o Fórum Ibérico do Tejo foi o centro de um dos mais urgentes debates do nosso tempo.
- A dimensão transfronteiriça do Tejo implica uma visão ampla e multidisciplinar que estava refletida no tema da iniciativa: Cultura, Economia e Ambiente.
- Os painéis representavam não só essa heterogeneidade temática, como também a diversidade territorial entre Espanha e Portugal.
- Foram traçados diagnósticos, muitas vezes preocupantes, sobre o estado da água ao longo do rio, num debate destemido sobre transvases, barragens, poluição, responsabilidades políticas, empresariais e individuais e sobre regeneração.

- Falou-se, também, no impacte que o Tejo tem nas comunidades que o envolvem, não só no capítulo ambiental mas, também, no contexto sociocultural e, por consequência, na realidade económica das vilas e cidades ribeirinhas.
- Desde as mais antigas manifestações culturais, passando por fenómenos que são partilhados por uma parte significativa destas comunidades, o Tejo precisa de recuperar a cumplicidade e a ligação entre os povos.
- A decisão política, a desadequação da lei à realidade, a falta de fiscalização, de cultura ambiental e a censura entre pares foram apontados como alguns dos fatores de agravamento da situação atual do Tejo.
- O Fórum terminou com a apresentação de dois registos essenciais: o livro de atas do 1º Fórum Ibérico do Tejo e do Seminário Sável – Uma marca do Tejo.
- Cerca de 18 municípios marcaram presença nesta Fórum, aproveitando para trocar experiências e promover o seu território e as suas iniciativas.

❖ Conclusões: Uma Confraria para o Tejo

- Um dos objetivos deste Fórum era lançar o mote para a criação de uma confraria.
- A workshop realizada na Fábrica das Palavras foi um momento fundamental no resultado deste Fórum e contou com a moderação da Dra. Olga Cavaleiro (Presidente da Federação de Confrarias Gastronómicas Portuguesas) e do Dra. Luís Capucha (Sociólogo e Professor universitário).
- Com um público diversificado, os moderadores orientaram a sessão para que no final houvesse um resultado tangível.
- Os vários grupos de trabalho discutiram os moldes em que a Confraria se deveria formar e os resultados não poderiam ser mais semelhantes, numa demonstração cabal das cumplicidades reveladas no período da manhã de Sábado e de Domingo.
- Foi formada uma comissão instaladora, havendo já uma reunião agendada para breve, onde se darão os primeiros passos na formalização desta organização.
- O papel da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira era proporcionar todas as condições para envolver a comunidade e, nesse sentido, o objetivo foi plenamente conseguido.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA DA CIMPOR

QUALIDADE DO AR – CRONOLOGIA DE OCORRÊNCIAS





CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Abril de 2016

Apesar das medidas implementadas pela Cimpor para minimizar os impactes causados pela laboração do Centro de Produção de Alhandra, desde dezembro de 2013 que se têm verificado algumas ocorrências que podem ter contribuído para a diminuição da qualidade do ar na Vila de Alhandra.

Na tabela seguinte apresentam-se as principais ocorrências verificadas desde essa data.

Data	Ocorrência	Medidas adotadas pela Cimpor	Observações
Dez'13	Indicação de existência de poeiras no ar	<i>"Reparação profunda no sistema de carregamento fluvial das barcaças."</i> ⁽¹⁾	Membros da CAA tiveram conhecimento desta informação na reunião de 08/Abr'14.
Jan'14	Incidente num dos satélites do forno 6 (dia 06)	<i>"Paragem imediata do forno (...) reparação do referido satélite e revisão dos restantes."</i> ⁽¹⁾	Membros da CAA tiveram conhecimento desta informação na reunião de 08/Abr'14.
			Não se registaram excedências na rede de medição de partículas
Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental			
Fev'14	Registaram-se <u>seis excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), nas seguintes estações de medição ⁽²⁾ : i. Escola da Marquesa, dia 24 ii. Centro Náutico, nos dias 03, 05, 07 e 12 iii. Piscinas da Cimpor, no dia 24	Não se obtiveram informações relativamente a estas ocorrências.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Mar'14	Registou-se <u>uma excedência</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ das Piscinas da Cimpor, no dia 18	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Data	Ocorrência	Medidas adotadas pela Cimpor	Observações
Abr'14	Registaram-se <u>duas excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ do Centro Náutico, nos dias 5 e 15	Não se obtiveram informações relativamente a estas ocorrências.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
	Envio da Tomada de Posição assinada pelos membros da CAA (Anexo I)	A Cimpor informou a CM das medidas que tomou aquando do incidente de janeiro.	Não houve qualquer referência relativamente às emissões de partículas.
Mai'14	Registou-se <u>uma excedência</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ das Piscinas da Cimpor, no dia 6	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Jun'14	Novas indicações de dispersão de poeiras	i. "Programa de manutenção preventiva (...), mangas de despoejamento, para minimizar a existência de partículas difusas no ambiente." ⁽³⁾	i. Cimpor remeteu dados referentes à qualidade do ar (partículas), entre 18 e 22'jun.
		ii. "Interrupção da expedição de clínquer por barçaça, sempre que os ventos sejam fortes e de sul." ⁽⁴⁾	ii. Remetidos dados referentes à qualidade do ar (HCl, CO, SO ₂ , NH ₃ , COT, HF, partículas, NO _x), entre 18 e 22'jun
Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental			
Jul'14	Registou-se <u>uma excedência</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ do Cemitério de Alhandra	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Ago'14	Registaram-se <u>duas excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ : 1 nas Piscinas da	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Data	Ocorrência	Medidas adotadas pela Cimpor	Observações
	Cimpor, e 1 no Centro Náutico		em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Set'14	Registaram-se <u>duas</u> <u>excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ no Centro Náutico	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Out'14	Insistência por parte da CM para reposta à Tomada de Posição (Anexo II)	Informação sobre as medidas preventivas levadas a cabo pela Cimpor para evitar a propagação de poeiras.	Enviada cópia da resposta aos membros da CAA.
	Registaram-se <u>seis</u> <u>excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ : 2 nas Piscinas da Cimpor, 2 no Cemitério de Alhandra e 2 no Centro Náutico	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental			
Nov'14	Registou-se <u>uma</u> <u>excedência</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ do Centro Náutico da Cimpor, no dia 12	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Dez'14	Registaram-se <u>duas</u> <u>excedências</u> do VLD de PM10 ($50\mu\text{m}^3$), na estação de medição ⁽²⁾ : 1 nas Piscinas da Cimpor e 1 no Reservatório de água da Escusa	Não se obtiveram informações relativamente a esta ocorrência.	O valor não deve exceder mais de 35 vezes em cada ano civil (em cada estação), p/amostragens em contínuo (anexo III, DL 102/2010)
Jan'15	Novo pedido de informação sobre emissão de partículas, no seguimento de avistamento de poeiras	Informação por parte da Cimpor que a ocorrência estava relacionada com vapor de água. Envio de dados referentes a emissões atmosféricas.	Enviada cópia da resposta aos membros da CAA.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Data	Ocorrência	Medidas adotadas pela Cimpor	Observações
Fev'15	Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental		
Mai'15	Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental		
Jul'15	Surgiram novas reclamações de emissão de poeiras	<i>"Verificou-se a emissão pontual de poeiras difusas (...) provocado pelo encravamento da conduta do ciclone 4 do forno 6 com uma placa de incrustação de material no seu interior, o que deu origem, por sobrepressão, à abertura de uma pequena vigia. O forno foi parado de imediato e anulada a produção de poeiras"</i> (1)	Membros da CAA tiveram conhecimento desta inf. na reunião de 22/Set'15.
Set'15	Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental		
Nov'15	Surgiram novas reclamações de emissão de poeiras	<i>"Não se registou qualquer anomalia que possa ter originado valores anormais de poluição..."</i> (1)	
Jan'16	Remetido email para a APA, c/c à APCER, indicando que <i>"tem-se vindo a verificar um aumento consolidado do número de queixas referentes à emissão de poeiras na Vila de Alhandra"</i> e assumindo que <i>"A Comissão não encontra em si capacitação técnica que permita identificar as origens da contaminação do ar envolvente à unidade industrial"</i> . Neste sentido, <u>solicitou-se à APA</u> , enquanto autoridade competente em matéria de qualidade do ar nos seguintes aspetos:		
	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização da qualidade do ar envolvente; • Avaliação das características das partículas atmosféricas; • Verificação do cumprimento dos requisitos legais dos sistemas de filtragem. 		
	Realizaram-se duas reuniões da CAA		
Emitida nova Tomada de Posição			
Fev'16	A APCER respondeu ao ofício enviado pela CAA indicando que as <i>"auditorias realizadas à Cimpor provam a conformidade do seu sistema de gestão ambiental (...) e que não foram</i>		



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Data	Ocorrência	Medidas adotadas pela Cimpor	Observações
	<p><i>registados incumprimentos (...) com exceção do incidente registado em janeiro de 2014."</i></p> <p>Indicou ainda que <i>"está a acompanhar a situação junto da Cimpor que será objeto de avaliação em auditoria planeada para o próximo mês de Maio."</i></p> <hr/> <p>Reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental.</p> <p>Na reunião esteve presente a Cimpor que prestou os esclarecimentos que se encontram no anexo III.</p>		

Nota:

CAA: Comissão de Acompanhamento Ambiental

(1) Resposta efetuada pela Cimpor no seguimento das questões levantadas, na Declaração, pelos membros da CAA.

(2) Estações pertencentes à Rede de Medição de Partículas em Suspensão, cujas medições são efetuadas pelos SMAS.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ANEXO I

Tomada de Posição Pública da CAA da Cimpor em 02 de julho de 2014.

TOMADA DE POSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DO CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALHANDRA DA CIMPOR

Preocupados com o agravamento que se tem vindo a sentir das consequências dos carregamentos das barcaças ao serviço da CIMPOR com clinquer, em especial nos últimos meses, os membros da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra, abaixo-assinados, deliberaram aprovar a tomada de posição abaixo, em reunião havida a 2 de julho de 2014:

.....

No âmbito do acompanhamento ambiental ao Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR, esta comissão manifestou oportunamente junto da empresa, através de uma deliberação aprovada por unanimidade no passado dia 8 de abril, a sua crescente preocupação com a situação do carregamento das barcaças e das consequências ambientais desse processo para as populações da Vila de Alhandra.

6

Infelizmente, desde então, a situação mantém-se preocupante.

A população de Alhandra, que sofreu durante décadas as consequências da produção pela CIMPOR em momentos em que não existia adequada legislação ambiental, tinha verificado nos últimos anos (e até sensivelmente ao início do corrente ano) uma melhoria significativa da sua qualidade ambiental, como resultado, entre outros fatores, da maior exigência legal com o Ambiente e da intervenção de um conjunto de atores locais, nomeadamente das suas autarquias (Município e Freguesia), demonstrando-se que, como os devidos cuidados, a convivência entre uma fábrica com estas características e uma comunidade contígua é possível.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Contudo, principalmente desde o início do corrente ano, o reporte de situações de incomodidade têm-se repetido, sobretudo decorrentes do aumento de carregamentos de barcaças com clínquer pela CIMPOR, sem a contenção suficiente, nomeadamente quando a intensidade do vento ou sua proveniência envia partículas para a Vila de Alhandra, afetando a vida quotidiana das populações.

Assim, a Comissão de Acompanhamento Ambiental reitera a sua exigência junto da CIMPOR para que a empresa tome todas as medidas necessárias de molde a garantir que deixa de haver dispersão de poeiras para a Vila de Alhandra.

Entre outras, os membros da Comissão de Acompanhamento Ambiental da CIMPOR manifestam a necessidade de a CIMPOR:

- 1- Desenvolver todos os esforços para aplicar soluções técnicas estruturais que ponham termo ao impacto do carregamento das barcaças na qualidade de vida das populações da Vila de Alhandra, nomeadamente em caso de ventos de proveniência sul;
- 2- Implementar sistemas de monitorização e controlo preventivos que inviabilizem, até à implementação das soluções referidas em 1, o carregamento das barcaças quando as condições atmosféricas comprometam ou possam comprometer a qualidade ambiental das populações da Vila de Alhandra;
- 3- Reforçar as medidas globais de contenção da propagação de partículas em suspensão que resultam da atividade da fábrica;



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

- 4- Ajustar os mecanismos atuais de monitorização de partículas em suspensão no ar ambiente, adequando os mesmos à realidade atual do transporte do produto, instalando no cais de carregamento das barças um analisador com características idênticas ao instalado na zona de expedição rodoviária da fábrica, com possibilidade de consulta *on line*.

Alhandra, 02 de julho de 2014

Os membros da Comissão de Acompanhamento Ambiental da Cimpor,

NOME	ENTIDADE
Fernando Raulo Ferreira	C.M.V.F.XIRA
Paulo Castiça	Junta Freguesia
Luís Silva	Ass. Municipal Paz
Carla de Pina	Ass. Freguesia da União Freguesias Alvega e São Julião
Ricardo Pedro	Serviço Municipal Proteção Civil
Luís Coimbra	BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALVEGA



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

NOME	ENTIDADE
João Maria dos Santos	ACIS
	ACES Estudos do Tejo
JOSÉ MANUEL M. PEREIRO	FREGUESIA DE MURÇA DO RIBATEJO E SOBRALIMHO.
António Oliveira	ARSLUT, IP
ESPERANCA GOMES LANCIB	A. MUNICIPAL
Marcos Carano	Cooperativa Alhandres
	A. Municipal
Maria Rómulo Patrício Alves	ASSEMBLEIA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ANEXO II

Tomada de Posição Pública da CAA da Cimpor em 26 de janeiro de 2016.

Tomada de Posição Pública sobre a Qualidade do Ar em Alhandra

A Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA) do Centro de Produção da CIMPOR em Alhandra tem mantido uma ação vigilante, proactiva e interventiva, tendo sempre presente a defesa da qualidade de vida das populações vizinhas desta indústria.

A CAA está particularmente ativa desde que há cerca de dois anos ocorreu um incidente no forno seis da Fábrica de Alhandra. Mais tem apresentado propostas para debelar as consequências que se verificavam para a população de Alhandra, decorrentes do carregamento de clínquer em barças.

A exigência do reforço das medidas de contenção das partículas decorrente do carregamento das barças teve impactos positivos, tendo algumas das intervenções preconizadas sido realizadas pela empresa.

Recentemente o número de reclamações apresentadas pela população teve um significativo aumento, não constando da informação prestada pela Cimpor à CAA, justificação técnica ou evidência para a degradação da qualidade do ar que se vem sentindo.

Não conseguindo por si só a CAA, pelos meios e pelas competências de que dispõe, aprofundar o conhecimento interno do que estará a causar repetidamente estas emissões, nem intervir diretamente no sentido de garantir que a fábrica toma todas as medidas necessárias a garantir a qualidade ambiental a que estávamos habituados e a população merece, a CAA decidiu prontamente e por unanimidade na sua reunião de 2 de dezembro de 2015: Solicitar a urgente verificação de todo o processo produtivo e sistemas de minimização do impacto ambiental da fábrica por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), entidade pública com competências fiscalizadoras nos termos da lei, bem como dar conta do ocorrido à entidade que certifica a CIMPOR (a APCER), para que averiguem e intervenham urgentemente junto da Fábrica de Alhandra.

O Presidente da Câmara Municipal juntou-se às iniciativas da CAA e expressou igualmente e de forma oficial a sua profunda preocupação junto do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, solicitando com urgência a intervenção da APA.

Esta preocupação foi reiterada por nova decisão unânime da CAA, tomada na reunião do dia 26 de janeiro, dando origem à presente tomada de posição pública, transmitida ao Governo, à APA, à APCER, às autarquias locais, aos órgãos de comunicação social e solicitada a sua afixação nos locais públicos habituais, para conhecimento da população.

Alhandra, 26 de janeiro de 2016

Pela Comissão de Acompanhamento Ambiental
O Vice-Presidente da Câmara Municipal

Fernando Paulo Ferreira



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Anexo III

Esclarecimentos prestados pela Cimpor na reunião de 16 de fevereiro de 2016.

Nesta reunião a Cimpor fez-se representar pela Eng.ª Teresa Martins, diretora do Centro de Produção de Alhandra, e pelo Eng.º Luis Menezes, administrador da Cimpor.

Foi assumido que a Cimpor é um dos principais emissores de poluentes em Alhandra, mas que não é o único. A Cimpor assumiu que pontualmente ocorrem incidentes têm as respetivas medidas corretivas.

Foram referidas algumas das boas práticas adotadas pela parte da empresa com vista a minimizar os impactes:

- *Cobertura das instalações para evitar a dispersão das poeiras*
- *Aspiração e varrição das instalações*
- *Adoção de um plano de manutenção dos filtros: existe uma manutenção preventiva onde diariamente nove funcionários de uma empresa externa verificam um conjunto de parâmetros e fazem reparações necessárias.*
- *Medição em contínuo de oito gases*

Salientou-se que foi detetada uma fuga proveniente do armazém de stock de clínquer pelo que foi reforçada a estrutura entre a cobertura e a estrutura de betão.

Por outro lado, dado continuarem a haver queixas referentes às emissões, procedeu-se à paragem do forno 6 para se apertarem todos os mais de 6.000 parafusos.

Com a adoção destas medidas, espera-se que haja uma diminuição das reclamações atribuídas às emissões eventualmente efetuadas pela Cimpor.